



**Para fazer
o que nunca
foi feito**

INFOMAIL

**Mariana
Mortágua**

**Joana
Bettencourt**

Pelos Açores

LEGISLATIVAS 2024

**Depois de 10 de março, Portugal será diferente.
A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade
e autoritarismo - ou mudar para melhor. O Bloco é a força para
abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo
à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.**

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença etnoracial.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pela Região Autónoma dos Açores



Joana Bettencourt
41 anos, professora



Pedro Amaral
21 anos, estudante



Susana Medeiros
45 anos, auditora financeira (independente)



Isabel Dabó
23 anos, balconista



Pedro Santos
24 anos, assistente administrativo



Flávio Rosa
40 anos, porteiro



Sónia Oliveira
46 anos, supervisora



Antero Fraga
23 anos, estudante



Paulo Sanona
56 anos, ajudante de reabilitação



Fazer o que nunca foi feito

Os governos da República sucedem-se, sob a liderança do PS ou do PSD, mas há uma marca comum: a incapacidade, ou falta de vontade, de cumprir os compromissos assumidos com os Açores.

Por isso, é importante dar mais força ao Bloco para, também nos Açores, fazer o que nunca foi feito. Estas são as nossas propostas:

- **Garantia de audição das regiões sobre acordos e tratados internacionais** e obrigação de parecer vinculativo regional nas matérias relativas à região autónoma.
- **Substituição da figura do representante da República** por um órgão autónomo com os mesmos poderes.
- **Revisão da Lei das Finanças Regionais**, retirando os constrangimentos impostos no período da troika, condicionando a sua revisão protegendo a sua estabilidade.
- **Apresentação pelo governo da República**, no prazo de seis meses após a tomada de posse, do seu programa de investimento nas regiões autónomas.
- **Garantia de controlo**, gestão e investimento públicos nos cabos submarinos que ligam as regiões autónomas ao continente; financiamento do projeto de substituição do anel de cabos submarinos inter-ilhas.
- **Nova política para o mar**, alteração do regime jurídico e investimento na investigação.
- **A celebração de contratos-programa entre a República e as regiões**, no quadro dos projetos de interesse comum e que visem a transição energética, o investimento na saúde e a investigação científica.
- **Garantia do direito à mobilidade dos residentes nas regiões autónomas**, com o fim do pagamento total e antecipado das tarifas no acesso ao subsídio de mobilidade.
- **Garantia da compensação financeira por parte da República nas ligações aéreas**, com obrigações de serviço público entre o continente e os Açores e o direito equitativo à mobilidade entre ilhas e o continente.
- **Aplicação de obrigações de serviço público no transporte aéreo de mercadorias e garantia de distribuição atempada de correio.**
- Aprofundamento, controlo e divulgação transparente do processo de **requalificação ambiental dos terrenos na Terceira.**

- Garantia de **duas tripulações para os helicópteros da Força Aérea estacionados nas Lajes para assegurar evacuações médicas de emergência.**
- **Reforço da RTP nas regiões**, garantindo autonomia financeira, financiamento adequado, capacidade de produção própria e de preservação, promoção dos arquivos, mais delegações, profissionalização dos correspondentes nas ilhas sem delegação, substituição de equipamento e vinculação dos/as profissionais precários.
- **Obrigaçao do cumprimento da legislação laboral** e de indemnização de reparação de danos sociais e ambientais causados pelas forças norte-americanas na base das Lajes e transição para o fim sua presença.
- Constituição, no Faial, de um **laboratório do Estado com estatuto de Instituto Público Nacional** e no quadro dos projetos de interesse comum.
- **Reforço do financiamento à Universidade dos Açores**, tendo em conta a sua insularidade e tripolaridade e concretizar o acordo já firmado com o Governo da República.
- **Garantia de que a ANA prolonga a pista do aeroporto da Horta.**
- Conclusão da rede de radares meteorológicos, com instalação dos radares de Flores e de São Miguel.
- **Construção do estabelecimento prisional de Ponta Delgada em local adequado**, requalificação do da Horta e reforço dos meios das forças de segurança.
- **Pagamento da remuneração complementar a todos os trabalhadores da administração pública central**, à semelhança da administração local e regional.
- **Cumprimento das obrigações do Estado ao nível das condições físicas dos serviços do Estado na região**, nomeadamente daqueles com maior défice ao nível das instalações e meios humanos como a justiça e forças de segurança.
- Garantia dos meios necessários para a **fiscalização da ZEE.**
- **Cumprimento do compromisso do Governo da República em financiar em 85% os prejuízos causados pelo Furação Lorenzo.**
- Garantia de que **quem recebe o salário mínimo nos Açores**, a que acresce o complemento regional ao salário mínimo, **não paga IRS.**



Conhece
o nosso
programa
em ↵

programa2024.bloco.org

Esquerda de confiança

Recebe as
novidades
do Bloco ↵

